

Goldman Sachs

## GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000  
CNPJ 04.332.281/0001-30

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 DE DEZEMBRO DE 2017

## Apresentação

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

## Destques

## • Resultado do Exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Banco registrou Lucro Líquido de R\$ 263,9 milhões, correspondente a R\$ 0,19 por ação e rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 16,68%.

## • Limite de Basileia - Patrimônio de Referência

O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado"), formado pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN. O índice de Basileia é monitorado diariamente e representa um importante indicador do montante de capital alocado em função do grau de risco da estrutura dos ativos. Em 31 de dezembro de 2017, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 21,96%, sendo superior, portanto, ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

## Governança Corporativa - Comitê de Auditoria

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.198, de 27 de maio de 2004 (conforme alterada), informamos que se encontra instalado o Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê"), cuja constituição foi objeto de aprovação pelo BACEN em 9 de março de 2016. Compete ao Comitê, dentre outras

atribuições, zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Conglomerado, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria independente e da auditoria interna. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

## Gestão de Riscos

Acreditamos que gerenciar o risco de maneira eficaz é essencial para o sucesso do Grupo Goldman Sachs. Desta forma, contamos com processos de gestão de risco abrangentes através dos quais podemos monitorar, avaliar e administrar os riscos associados às nossas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, socioambiental, regulatório e reputacional. Desenvolvemos nossa estrutura de gestão de risco com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O Conglomerado é parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo Goldman Sachs e, conforme determinado pelas Resoluções do CMN nº 4.090/12, nº 3.380/06, nº 3.464/07, nº 3.721/09 e nº 4.327/14, foram implementadas localmente as políticas e estrutura de Gestão de Riscos de Liquidez, Operacional, de Mercado, de Crédito e Socioambiental, respectivamente.

## Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Goldman Sachs e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.327/14, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades. Também está empenhado em utilizar soluções de mercado para promover a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento das comunidades em que está inserido, assegurando o atendimento aos interesses de longo prazo de seus clientes e a preservação de valor a longo prazo para os seus acionistas. O Conglomerado atua para que suas instalações e negócios adotem soluções e práticas sustentáveis, uma vez que ambas relacionam-se com o

meio ambiente e com as comunidades em que está inserido.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.327/14, a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental pode ser encontrada na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/environmental-social-disclosure.pdf>.

## Ouvidoria e Canal de Denúncias

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.433/15, que dispõe sobre a instituição de componente organizacional de Ouvidoria, informamos que não há registro de qualquer demanda ou reclamação no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.567/17, o Grupo Goldman Sachs designou o Canal de Ouvidoria como o órgão responsável pelo Canal de Denúncias, por meio do qual seus funcionários, colaboradores, clientes, usuários, parceiros ou fornecedores podem informar, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades. Informamos que a instituição não recebeu nenhuma comunicação em seu Canal de Denúncias no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/disclosure/canal-de-denuncia.html>.

## Endereço Eletrônico

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 (conforme alterada) do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

## Ouvidoria Goldman Sachs Brasil: 0800 727 5764 e/ou

ouvidoriagoldmansachs@gs.com

Horário de funcionamento: segunda-feira a sexta-feira

(exceto feriados), das 9h às 18h.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

Ativo	2017	2016	Passivo e Patrimônio líquido	2017	2016
<b>Circulante</b>	<b>7.173.672</b>	<b>6.752.798</b>	<b>Circulante</b>	<b>5.234.829</b>	<b>4.976.264</b>
Disponibilidades	3.202	3.835	Depósitos (nota 13)	200.160	42.696
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 7)	2.604.117	1.823.449	Depósitos interfinanceiros	-	35.089
Aplicações no mercado aberto (nota 7 (a))	2.604.117	1.801.003	Depósitos a prazo	200.160	7.607
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 7 (b))	-	22.446	<b>Captações no mercado aberto (nota 14)</b>	<b>1.061.526</b>	<b>535.768</b>
<b>Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>3.897.030</b>	<b>4.562.176</b>	Carteira própria	217.657	144.971
Carteira própria (nota 8)	766.887	975.472	Carteira livre movimentação	843.869	390.797
Vinculados a compromissos de recompra (nota 8)	219.900	147.857	<b>Obrigações por empréstimos (nota 15)</b>	<b>1.365.515</b>	<b>1.668.159</b>
Vinculados à prestação de garantias (nota 8)	1.188.353	1.154.256	Empréstimos no exterior	1.365.515	1.668.159
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	1.721.890	2.284.591	<b>Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)</b>	<b>2.020.736</b>	<b>2.316.378</b>
<b>Outros créditos</b>	<b>668.451</b>	<b>362.651</b>	Instrumentos financeiros derivativos	2.020.736	2.316.378
Carteira de câmbio (nota 10)	285.176	49.775	<b>Outras obrigações</b>	<b>586.892</b>	<b>413.263</b>
Negociação e intermediação de valores (nota 16)	222.535	244.528	Carteira de câmbio (nota 10)	284.848	49.949
Diversos (nota 11 (a))	160.740	68.348	Sociais e estatutárias (nota 17 (a))	68.000	59.500
<b>Outros valores e bens</b>	<b>872</b>	<b>687</b>	Fiscais e previdenciárias (nota 17 (b))	79.129	122.379
Despesas antecipadas	872	687	Negociação e intermediação de valores (nota 16)	35.541	71.225
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>1.958.576</b>	<b>1.465.779</b>	Diversas (nota 17 (c))	119.374	110.210
<b>Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>1.902.917</b>	<b>1.436.004</b>	<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>2.564.321</b>	<b>2.076.837</b>
Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)	1.902.917	1.436.004	Depósitos (nota 13)	413.121	217.107
<b>Outros créditos (nota 11)</b>	<b>55.679</b>	<b>29.775</b>	Depósitos interfinanceiros	159.905	174.117
Diversos (nota 11 (a))	160.373	134.469	Depósitos a prazo	253.216	42.990
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 11 (b))	(104.694)	(104.694)	<b>Instrumentos financeiros derivativos (nota 9)</b>	<b>2.045.818</b>	<b>1.816.514</b>
<b>Permanente</b>	<b>248.926</b>	<b>222.638</b>	Instrumentos financeiros derivativos	2.045.818	1.816.514
Investimentos (nota 12 (a))	225.052	192.077	<b>Outras obrigações</b>	<b>105.382</b>	<b>43.216</b>
Participação em controlada no país	225.052	192.077	Fiscais e previdenciárias (nota 17 (b))	85.979	-
<b>Imobilizado de uso (nota 12 (b))</b>	<b>23.874</b>	<b>30.561</b>	Diversas (nota 17 (c))	19.403	43.216
Outras imobilizações de uso	71.845	71.533	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.582.044</b>	<b>1.388.114</b>
(-) Depreciações acumuladas	(47.971)	(40.972)	Capital social (nota 19 (a))	1.383.596	1.383.596
<b>Total do Ativo</b>	<b>9.381.194</b>	<b>8.441.215</b>	De domiciliados no exterior	1.383.596	1.383.596
			Reservas de capital (nota 19 (c))	15.684	5.652
			Reservas de lucros (nota 19 (d))	182.764	-
			Prejuízos acumulados	-	(1.134)
			<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>	<b>9.381.194</b>	<b>8.441.215</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

Em R\$ mil, exceto lucro por ação

	2º Semestre	2017	2016
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>274.098</b>	<b>737.367</b>	<b>798.617</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	274.038	586.230	757.063
Resultado de operação de câmbio	60	151.137	41.554
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(163.567)</b>	<b>(527.833)</b>	<b>(607.113)</b>
Operações de captação no mercado aberto	(28.389)	(166.606)	(190.536)
Operações de empréstimos e repasses	(93.858)	(191.405)	134.673
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (nota 9 (e))	(41.321)	(169.822)	(446.431)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 11 (b))	-	-	(104.819)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>110.531</b>	<b>209.534</b>	<b>191.504</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>31.626</b>	<b>9.758</b>	<b>41.131</b>
Receitas de prestação de serviços (nota 22 (c))	163.303	274.857	314.290
Despesas de pessoal (nota 22 (d))	(91.145)	(187.679)	(191.437)
Outras despesas administrativas (nota 22 (e))	(49.920)	(84.865)	(76.268)
Despesas tributárias (nota 22 (f))	(18.385)	(29.851)	(38.311)
Resultado de participação em controlada (nota 12 (a))	17.818	30.087	17.115
Outras receitas operacionais (nota 22 (g))	17.561	23.121	51.908
Outras despesas operacionais (nota 22 (h))	(7.606)	(15.912)	(36.166)
<b>Resultado operacional</b>	<b>142.156</b>	<b>219.292</b>	<b>232.635</b>
<b>Resultado não operacional (nota 22 (i))</b>	<b>1.059</b>	<b>3.680</b>	<b>6.900</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>143.215</b>	<b>222.972</b>	<b>239.535</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>66.534</b>	<b>45.112</b>	<b>(67.188)</b>
Provisão para imposto de renda (nota 18 (a))	(3.877)	(5.370)	(36.072)
Provisão para contribuição social (nota 18 (a))	(1.093)	(2.359)	(29.066)
Ativo fiscal diferido (nota 18 (b))	116.862	116.862	-
Passivo fiscal diferido (nota 18 (b))	(45.358)	(64.021)	(2.050)
<b>Participações estatutárias no lucro</b>	<b>(2.104)</b>	<b>(4.186)</b>	<b>(4.351)</b>
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>	<b>207.645</b>	<b>263.898</b>	<b>167.996</b>
Lucro líquido por ação (em reais)	0,15	0,19	0,12
<b>Juros sobre o capital próprio</b>	<b>(80.000)</b>	<b>(80.000)</b>	<b>(70.000)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.383.596</b>	<b>14.436</b>	-	<b>(99.130)</b>	<b>1.298.902</b>
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 19 (b))	-	(8.784)	-	-	(8.784)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	167.996	167.996
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,05 por ação) (nota 20 (b))	-	-	-	(70.000)	(70.000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.383.596</b>	<b>5.652</b>	-	<b>(1.134)</b>	<b>1.388.114</b>
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 19 (b))	-	10.032	-	-	10.032
Lucro líquido do exercício	-	-	-	263.898	263.898
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,06 por ação) (nota 20 (b))	-	-	-	(80.000)	(80.000)
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-
Reserva legal (nota 19 (d))	-	-	13.138	(13.138)	-
Reserva estatutária	-	-	169.626	(169.626)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.383.596</b>	<b>15.684</b>	<b>182.764</b>	-	<b>1.582.044</b>
<b>Saldo em 30 de junho de 2017</b>	<b>1.383.596</b>	<b>22.770</b>	<b>2.756</b>	<b>52.363</b>	<b>1.461.485</b>
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 19 (b))	-	(7.086)	-	-	(7.086)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	207.645	207.645
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,06 por ação) (nota 20 (b))	-	-	-	(80.000)	(80.000)
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-
Reserva legal (nota 19 (d))	-	-	10.382	(10.382)	-
Reserva estatutária	-	-	169.626	(169.626)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.383.596</b>	<b>15.684</b>	<b>182.764</b>	-	<b>1.582.044</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em R\$ mil

	2º Semestre	2017	2016
<b>Atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido ajustado do semestre/exercício</b>	<b>125.377</b>	<b>210.397</b>	<b>296.073</b>
Lucro líquido do semestre/exercício	207.645	263.898	167.996
Ajustes ao lucro líquido	(82.268)	(53.502)	128.077
Resultado de participação em controlada	(17.818)	(30.087)	(17.115)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	12.342	26.456	26.417
Reversão de provisões operacionais	(673)	(1.029)	-
Outras receitas/despesas operacionais	(10.686)	(8.721)	-
Depreciações e amortizações	3.838	7.371	7.549
Constituição de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	-	104.694
Constituição de provisão para litígio trabalhista	4	1.037	-
Participações no lucro	2.104	4.186	4.351
Ativo fiscal diferido	(116.862)	(116.862)	-
Provisão para impostos e contribuições diferidas	45.357	64.021	2.050
Baixa do ativo imobilizado de uso	125	125	131
<b>Variações de ativos e obrigações</b>	<b>711.970</b>	<b>(325.270)</b>	<b>(166.449)</b>
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(531.258)	(1.499.620)	45.264
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.856.115	131.895	(887.527)
(Aumento)/redução em outros créditos	241.643	(210.557)	1.574.352
(Aumento)/redução em outros valores e bens	59	(185)	334
Aumento/(redução) em depósitos	265.922	361.174	(72.193)
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	(1.000.316)	664.632	(586.933)
Aumento/(redução) em outras obrigações	(214.130)	199.233	(283.834)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.591)	(18.072)	(34.233)
Juros recebidos	146.243	226.953	209.570
Juros pagos	(42.717)	(180.722)	(131.248)
<b>Caixa originado (utilizado) nas atividades operacionais</b>	<b>837.346</b>	<b>(114.873)</b>	<b>129.624</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aquisição de imobilizado de uso	(538)	(934)	(2.590)
Baixa de imobilizado de uso	15	123	116
<b>Caixa (utilizado) nas atividades de investimento</b>	<b>(523)</b>	<b>(811)</b>	<b>(2.474)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Captação em obrigações por empréstimos	(1.151.965)	(268.492)	544.411
Juros sobre o capital próprio pagos	(12.000)	(82.000)	(70.000)
<b>Caixa originado (utilizado) nas atividades de financiamento</b>	<b>(1.163.965)</b>	<b>(350.492)</b>	<b>474.411</b>
<b>(Redução)/aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(327.141)</b>	<b>(466.176)</b>	<b>601.561</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	425.685	578.834	3.690
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(12.342)	(26.456)	(26.417)
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	86.202	86.202	578.834
<b>(Redução)/aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(327.141)</b>	<b>(466.176)</b>	<b>601.561</b>

Goldman Sachs

## GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000  
CNPJ 04.332.281/0001-30

→ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em R\$ mil

A provisão para imposto de renda federal foi constituída utilizando a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social foi constituída a alíquota de 20% do lucro tributável.

A Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015 ("Lei"), referente à conversão da Medida Provisória nº 675, de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e das instituições financeiras, dentre elas as corretoras de valores mobiliários.

Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos, em 31 de dezembro de 2017 o Banco registrou: (i) crédito tributário de IRPJ com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) crédito tributário relativo à CSLL o qual foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até dezembro de 2018 e 15% para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169/15.

A compensação dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com resultados positivos em exercícios futuros está limitada a 30% do referido lucro se maior que o total de ativo diferido constituído.

**(j) Contingências**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para demandas judiciais e administrativas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC. As provisões para passivos contingentes de natureza tributária, trabalhista e cível, quando aplicável, são constituídas e reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito das ações e a opinião de seus consultores jurídicos, bem como, modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar das incertezas inerentes ao seu prazo e valor.

As contingências passivas são reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

**(k) Plano de incentivo de ações**

Os funcionários elegíveis do Banco participam do Plano de Incentivo de Ações da The Goldman Sachs Group, Inc. através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão, sendo a despesa auferida refletida no resultado ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*) em contrapartida ao patrimônio líquido, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações (nota 21 (b)) e, posteriormente reclassificado para rubrica do passivo, "Outras Obrigações - Diversas", em função do acordo de repagamento entre o Banco e o controlador, The Goldman Sachs Group, Inc.

**4) Gerenciamento de Capital**

A política de gerenciamento de capital do Conglomerado foi criada em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11. Tal medida está alinhada com as recomendações do Comitê de Basileia para fortalecer o sistema financeiro, incentivar melhores práticas de gestão e avaliações de risco, assegurar a manutenção de valores apropriados de capital e planejar futuras necessidades de capital.

A adequação de capital é de fundamental importância para o Conglomerado. O objetivo do Conglomerado é ser capitalizado de forma conservadora, com relação aos seus níveis de risco e em comparação com as exigências e padrões de referência externos. Assim sendo, o Conglomerado implementou uma política abrangente de Gerenciamento de Capital ("Política") que se destina a definir e manter um valor apropriado de capital.

Os níveis de capital do Conglomerado são determinados, principalmente, pelos requisitos regulatórios, podendo ser também influenciados por outros fatores, tais como, expectativas de novos negócios e condições de mercado.

Os fatores que influenciam na revisão da política de gerenciamento de capital incluem, dentre outros:

- Leis, regulamentos e orientações regulatórias pertinentes;
- As avaliações de risco do Conglomerado, incluindo os riscos de reputação e estratégicos;
- A avaliação da estrutura de capital ideal do Conglomerado;
- Ambientes de mercado e econômico;
- Os negócios conduzidos pelo Conglomerado; e
- Os instrumentos de capital.

**(a) Estrutura de capital**

Há três principais exigências de capital no Brasil que impactam o Conglomerado:

- **Exigências de Capital - Basileia** - O BACEN supervisiona o sistema bancário brasileiro de acordo com as diretrizes do Comitê de Basileia e outras regulamentações aplicáveis, incluindo o Acordo de Capital da Basileia.
- **Exigências de Capital - Limite de Exposição por Cliente** - O CMN e o BACEN limitam a exposição total às contrapartes em 25% do capital do Conglomerado.
- **Limite de Exposição Cambial** - De acordo com o artigo 1º da Resolução 3.488/07, o limite máximo de exposição cambial foi estabelecido em trinta por cento (30%) do Patrimônio de Referência do Conglomerado Financeiro.

A meta do Conglomerado é manter um nível de capital próprio que exceda os limites mínimos regulatórios nos termos da regulamentação em vigor, bem como um *buffer* que reflita o ambiente do mercado, nossos negócios e futuras alterações regulatórias.

**(b) Plano de Contingência de Capital (CCP)**

No caso de um possível déficit em relação à meta de capital, o Conglomerado manterá um Plano de Contingência de Capital ("CCP") que o possibilitará responder rapidamente a um possível déficit no capital em relação à meta de capital. O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delineia procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 (Pilar III) e nº 3.716/14, as informações referentes à estrutura de gerenciamento de capital, à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis para acesso público no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

**5) Gerenciamento de Risco - Visão Geral**

O Conglomerado acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através dos quais monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões socioambientais. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos/controles e pessoas.

**(a) Risco de crédito**

Risco de crédito significa a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência ou de deterioração da qualidade do crédito de terceiros.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.721/09, o Conglomerado possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado por seu Comitê de Risco.

A exposição ao risco de crédito do Conglomerado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é proveniente de recursos financeiros depositados em outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis.

A Gestão de Risco de Crédito tem como objetivo avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito ao qual o Conglomerado está exposto, e é independente em relação às unidades de negócios (geradoras de renda), reportando-se ao diretor de risco do Conglomerado.

O Comitê de Política de Crédito e o Comitê Geral de Risco (comitês globais da firma) criam e revisam políticas e parâmetros de crédito ao nível do grupo GS. O Comitê de Risco Goldman Sachs Brasil (GSBRC) revisa as políticas e parâmetros de crédito especificamente para a Goldman Sachs Brasil e garante a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas autorizadas por esses comitês estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que o Conglomerado assumira uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

**(b) Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de perda de valor de uma carteira devido às mudanças nos preços de mercado.

O Conglomerado mantém sua carteira com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira se baseiam no atendimento das solicitações de clientes e em oportunidades de investimento para o Conglomerado. A contabilização da carteira é realizada a valor de mercado e, portanto, com flutuação diária.

As categorias de risco de mercado incluem:

- Risco de taxa de juros: resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível e inclinação das curvas de rendimentos de juros, às volatilidades das taxas de juros e aos *spreads* de crédito.

- Risco de preço das ações: decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.

- Risco de taxa de câmbio: resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.

- Risco de preço de *commodities*: decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias "*commodities*".

A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades que geram receitas, está diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.

Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado.

O Conglomerado emprega diversos tipos de métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo, como por exemplo:

- As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (*Value at Risk*) e métricas de sensibilidade.

• Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse. Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os riscos principais, os impulsionadores e as mudanças para cada negócio, sendo distribuídos para a alta administração das áreas de negócios e para as áreas de suporte independentes.

**(c) Risco operacional**

Risco operacional é o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultante de processos internos inadequados ou de eventos externos.

De acordo com os requisitos especificados na Resolução CMN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, e melhores práticas de mercado, o Conglomerado implementou uma estrutura local de gestão do risco operacional em conformidade com as práticas globais do Grupo Goldman Sachs no que diz respeito à gestão e medição de exposição ao risco operacional. A exposição ao risco operacional deriva de erros de processamento de rotinas, bem como incidentes extraordinários, tais como falhas de sistemas.

Potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

O Conglomerado mantém completa estrutura de controle, projetada para fornecer um ambiente seguro, de forma a minimizar riscos operacionais.

O Comitê Global de Risco Operacional, juntamente com comitês regionais, supervisionam o contínuo desenvolvimento e a implementação das estruturas e políticas de risco operacional do Conglomerado.

O departamento de Gestão de Risco Operacional é independente das unidades geradoras de receita e é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e controles em uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional do Conglomerado.

**(d) Risco de liquidez**

A Gestão da Liquidez tem importância crítica em instituições financeiras. Dessa forma, o Conglomerado estabeleceu uma série de políticas de gestão de liquidez que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos de liquidez específicos do Goldman Sachs, mas também do mercado financeiro que podem afetar nossas operações. O objetivo principal destas políticas e controles é prover recursos para o Goldman Sachs no Brasil e permitir a manutenção dos negócios e geração de receita até mesmo sob circunstâncias adversas. O Conglomerado Goldman Sachs observa e atende aos termos e solicitações da Resolução CMN nº 4.090/12.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para grande parte da alta gerência no Brasil e no exterior incluindo o diretor estatutário responsável pelo risco de liquidez da instituição.

**6) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Em 31 de dezembro de 2017, caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 3.202 (2016 - R\$ 3.835) e por aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 83.000 (2016 - R\$ 574.999) (Nota 7 (a)).

**7) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez****(a) Aplicações no mercado aberto**

Em 31 de dezembro de 2017, estão constituídas, em sua totalidade, por aplicações em operações compromissadas, no montante de R\$ 2.604.117 (2016 - R\$ 1.801.003) e compostas conforme abaixo demonstrado.

	2017			2016		
	Até 3 meses	3 meses	Total	Até 3 meses	3 meses	Total
<b>Posição bancada:</b>						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	83.000	-	83.000	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	179.351	281.655	461.006	803.061	70.750	873.811
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	488.777	726.186	1.214.963	486.514	44.056	530.570
<b>Subtotal</b>	<b>751.128</b>	<b>1.007.841</b>	<b>1.758.969</b>	<b>1.289.575</b>	<b>114.806</b>	<b>1.404.381</b>
<b>Subtotal vendida:</b>						
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	19.413	79.572	98.985	76.600	30.410	107.010
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	321.898	424.265	746.163	231.416	58.196	289.612
<b>Subtotal</b>	<b>341.311</b>	<b>503.837</b>	<b>845.148</b>	<b>308.016</b>	<b>88.606</b>	<b>396.622</b>
<b>Total</b>	<b>1.092.439</b>	<b>1.511.678</b>	<b>2.604.117</b>	<b>1.597.591</b>	<b>203.412</b>	<b>1.801.003</b>

**(b) Aplicações em depósitos interfinanceiros**

Em 31 de dezembro de 2016, estão constituídas por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros no montante de R\$ 22.446, com vencimento até 09 de janeiro de 2017 e taxas correspondentes a 100% do CDI.

**8) Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada, conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, na categoria "títulos para negociação". Os valores de mercado dos títulos públicos representam o valor presente dos mesmos, os quais foram calculados com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado.

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

**(a) Composição por classificação e tipo**

	2017		2016	
	Custo corrigido	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
<b>Composição da carteira</b>				
<b>Carteira Própria</b>	<b>765.411</b>	<b>766.887</b>	<b>975.472</b>	<b>975.472</b>
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	58	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	394.245	395.291	254.196	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	49.057	48.269	494.802	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	322.109	323.327	226.416	-
<b>Vinculados a Compromissos de Recompra</b>	<b>219.492</b>	<b>219.900</b>	<b>147.857</b>	<b>147.857</b>
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	219.492	219.900	-	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	147.857	-
<b>Vinculados a Prestação de Garantias na B3</b>	<b>1.180.682</b>	<b>1.188.353</b>	<b>1.154.256</b>	<b>1.154.256</b>
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	373.929	374.419	128.671	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	211.832	214.071	159.541	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	564.921	569.556	866.044	-
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara	30.000	30.307	-	-
BM&FBOVESPA Multimerado - FILCB	2.165.585	2.175.140	2.277.585	-

**(b) Composição do valor nominal por contraparte**

	2017				2016				
	Instituições Financeiras	Corporate	Institucional	B3	Total	Instituições Financeiras	Corporate	Institucional	B3
Swaps	6.331.015	5.510.507	133.339.604	-	145.181.126	6.331.015	5.510.507	133.339.604	-
Opções	35.512	11.030	260.688	214.650	521.880	35.512	11.030	260.688	214.650
NDF ( <i>Non-deliverable forward</i> )	-	769.639	10.738.837	-	11.508.476	-	769.639	10.738.837	-
Outros derivativos	29.458	-	3.293.438	-	3.322.896	29.458	-	3.293.438	-
Operações com futuros	-	-	-	70.928.062	70.928.062	-	-	-	70.928.062
Termo de título público	795.433	202.843	675.066	-	1.673.342	795.433	202.843	675.066	-
<b>Total</b>	<b>7.191.418</b>	<b>6.494.019</b>	<b>148.307.633</b>	<b>71.142.712</b>	<b>233.135.782</b>	<b>7.191.418</b>	<b>6.494.019</b>	<b>148.307.633</b>	<b>71.142.712</b>

**(b) Classificação e composição por prazo de vencimento**

	2017					2016	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Valor de mercado
<b>Títulos para negociação (1)</b>							
Carteira própria	- 39.599	106.040	281.654	339.594	766.887	975.472	975.472
Vinculados a compromisso de recompra	-	-	- 219.900	-	219.900	147.857	147.857
Vinculados a prestação de garantias na B3 (2)	30.307	-	226.216	319.222	612.608	1.188.353	1.154.256
<b>Total</b>	<b>30.307</b>	<b>39.599</b>	<b>332.256</b>	<b>820.776</b>	<b>952.202</b>	<b>2.175.140</b>	<b>2.277.585</b>

(1) Títulos classificados na categoria para negociação e, assim, apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular nº 3.068/01, do BACEN.

(2) Os títulos públicos vinculados à prestação de garantia referem-se às operações realizadas junto à *clearing* de derivativos B3.

**9) Instrumentos Financeiros Derivativos**

Estão representados por operações de futuros, *swap*, opções, operações a termo de título público e de moeda - NDF (*Non-Deliverable Forward*) e outros derivativos devidamente registrados na B3 ou na CETIP, conforme o caso, envolvendo taxas do mercado interfinanceiro, ações, *commodities* e variação cambial.

O Banco atua no mercado de futuros da B3, principalmente como parte da execução de sua política de gerenciamento de riscos, a fim de reduzir os riscos resultantes de suas operações (*hedge* global).

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes visam permitir que o Banco não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros, índices de preços, do câmbio e de *commodities*.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se os parâmetros internacionais utilizados pela organização mundialmente. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos, tais como "VaR".

A precificação dos contratos futuros detidos pelo Banco é apurada com base nos preços de fechamento divulgados diariamente pela B3.

A precificação das operações de *swap* e a termo de título público e NDF é fundamentada pela geração de curvas de mercado obtidas por intermédio de estruturas temporais de taxas de juros, cujas cotações de preços são obtidas pela mesa de operações e divulgadas por agências como Bloomberg, Reuters, Anbima e a própria B3.

O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.

Os instrumentos financeiros derivativos listados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 31 de dezembro estão representados como segue:

**(a) Composição por indexador**

	2017		2016	
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal	Valor nominal
<b>Operações de swap</b>	<b>1.908.242</b>	<b>(2.128.578)</b>	<b>145.181.126</b>	<b>121.237.100</b>
CDI x Euro	169.152	-	1.601.800	1.950.514
CDI x Eurolibor	-	(1.527)	184.449	-
CDI x IPCA	-	(56.906)	684.794	469.845
CDI x Libor	409	(93.461)	1.037.533	746.182
CDI x Pré	52.359	(1.187.750)	69.439.057	70.335.117
CDI x USD	5.021	(419.320)	6.429.639	3.862.522
Euro x CDI	-	(169.152)	1.601.800	1

Goldman Sachs

## GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000  
CNPJ 04.332.281/0001-30

☆ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em R\$ mil

## (c) Composição do valor nominal por local de negociação

	2017		2016	
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal
Swaps	145.181.126	145.181.126	145.181.126	121.237.100
Opções	214.650	307.230	521.880	217.580
NDF (Non-deliverable forward)	11.508.475	11.508.476	7.989.990	1.225.087
Outros derivativos	3.322.897	3.322.896	1.225.087	1.225.087
Operações com futuros	70.928.062	70.928.062	51.712.092	51.712.092
Termo de título público	1.673.342	1.673.342	1.996.658	1.996.658
<b>Total</b>	<b>163.628.452</b>	<b>163.628.452</b>	<b>233.135.782</b>	<b>184.378.507</b>

## (d) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro bem como o resultado dos contratos de swap, opções, termo de moeda e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

	2017		2016	
	Valor de custo	Ganhos/(perdas) não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
<b>Ativo</b>	<b>2.451.632</b>	<b>1.173.175</b>	<b>3.624.807</b>	<b>3.720.631</b>
Operações de swap	730.969	1.177.272	1.908.242	1.579.719
Operações de NDF	31.000	(260)	30.740	136.102
Operações de opções	18.286	(5.964)	12.322	8.136
Outros derivativos	(2.132)	2.289	156	—
Termo de título público	1.673.509	(162)	1.673.347	1.996.674
<b>Passivo</b>	<b>(2.838.860)</b>	<b>(1.227.694)</b>	<b>(4.066.554)</b>	<b>(4.132.929)</b>
Operações de swap	(903.645)	(1.224.933)	(2.128.578)	(1.859.005)
Operações de NDF	(14.163)	(817)	(14.980)	(170.568)
Operações de opções	(14.397)	2.071	(12.326)	(106.595)
Outros derivativos	(233.232)	(4.323)	(237.555)	—
Termo de título público	(1.673.423)	308	(1.673.115)	(1.996.761)

## (e) Resultado com derivativos

	2017	2016
Swaps	(1.218.229)	(1.018.976)
Futuros	1.076.338	(397.291)
NDF (Non-Deliverable Forward)	(27.854)	1.032.488
Opções	(1.033)	(58.416)
Outros	956	(4.236)
<b>Total</b>	<b>169.822</b>	<b>(446.431)</b>

## (10) Carteira de Câmbio

Em 31 de dezembro, os saldos são compostos por:

	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Câmbio comprado a liquidar	185.862	9.002
Direitos sobre vendas de câmbio	99.314	40.773
<b>Total</b>	<b>285.176</b>	<b>49.775</b>
<b>Passivo</b>		
Câmbio vendido a liquidar	99.281	40.896
Obrigações por compra de câmbio	185.567	9.053
<b>Total</b>	<b>284.848</b>	<b>49.949</b>

## (11) Outros Créditos

## a) Diversos

Em 31 de dezembro, os saldos são compostos por:

	2017	2016
Créditos tributários de impostos e contribuições (nota 18 (b))	116.862	—
Títulos e créditos a receber - sem característica de concessão de crédito (1)	104.694	104.694
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 20 (a))	75.859	66.427
Impostos e contribuições a compensar	16.598	29.775
Devedores diversos - país	4.286	—
Outros	2.814	1.921
<b>Total</b>	<b>321.113</b>	<b>202.817</b>

(1) "Títulos e créditos a receber" refere-se a créditos a receber originados de operações de instrumentos financeiros derivativos de clientes em processo de recuperação judicial, sem característica de concessão de crédito, no montante de R\$ 104.694 (2016 - R\$ 104.694), para os quais foi constituída provisão equivalente a 100% do saldo a receber, registrada na rubrica "Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa - Sem característica de concessão de crédito" (nota 11 (b)).

## b) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

Refere-se a provisão equivalente a 100% do saldo de títulos a receber (nota 11 (a)) originados de operações com instrumentos financeiros derivativos de clientes em processo de recuperação judicial, sem característica de concessão de crédito, no montante de R\$ 104.694 (2016 - R\$ 104.694).

## (12) Permanente

## (a) Investimentos

O Banco possui participação de 100% em sociedade controlada, a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., conforme abaixo:

	2017	2016
Participação no capital integralizado	100%	100%
Quantidade de ações detidas	176.000.000	176.000.000
Capital social da controlada	176.000	176.000
Patrimônio líquido da controlada	225.052	192.077
Lucro líquido no exercício	30.087	17.115
Resultado de participação em controlada	49.052	16.077
<b>Valor contábil do investimento</b>	<b>225.052</b>	<b>192.077</b>

## (b) Imobilizado de uso

	2017		2016	
	Taxa anual depreciação	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	47.342 (25.149)	22.193 46.395 (19.876)	26.519
Imobilizações em curso	—	628	628 1.792	1.792
Comunicação	10%	16.303 (15.416)	887 15.773 (14.258)	1.515
Processamento de dados	20%	7.572 (7.406)	166 7.573 (6.838)	735
<b>Total</b>		<b>71.845 (47.971)</b>	<b>23.874 71.533 (40.972)</b>	<b>30.561</b>

## (13) Depósitos

	2017	2016
<b>Depósitos interfinanceiros</b>	<b>159.905</b>	<b>209.206</b>
De 1 a 90 dias	—	35.089
A vencer após 360 dias	159.905	174.117
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>453.376</b>	<b>50.597</b>
De 91 até 360 dias	200.160	7.607
A vencer após 360 dias	253.216	42.990
<b>Total de depósitos</b>	<b>613.281</b>	<b>259.803</b>
Circulante	200.160	42.696
Exigível a longo prazo	413.121	217.107

## (14) Captações no Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 1.061.526 (2016 - R\$ 535.768), sendo: (i) R\$ 217.657 (2016 - R\$ 144.971) correspondentes a recompras a liquidar de operações compromissadas realizadas com títulos da carteira própria e liquidadas em 2 de janeiro de 2018, sendo a totalidade referente a transações com partes relacionadas (nota 20 (a)); e

(ii) R\$ 843.869 (2016 - R\$ 390.797) correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação, em razão da venda definitiva dos respectivos títulos, representadas por NTN-B e NTN-F.

## (15) Obrigações por Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, referem-se a empréstimos captados no exterior junto à The Goldman Sachs Group, Inc., Nova Iorque, em dólar, com vencimento em até 3 meses, como segue:

	2017	2016
Captações em moeda dólar	1.365.515	1.668.159
<b>Total em reais equivalentes</b>	<b>1.365.515</b>	<b>1.668.159</b>

## (16) Negociação e Intermediação de Valores

No ativo, refere-se a depósitos em moeda estrangeira para garantia na Bolsa de Mercadorias e Câmbio ("BMC") no montante de R\$ 165.400 (2016 - R\$ 162.955) e a operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar no montante de R\$ 57.135 (2016 - R\$ 81.519). Em 31 de dezembro de 2016, refere-se ainda a devedores - conta liquidações pendentes no montante de R\$ 54.

No passivo, refere-se a comissões e corretagens a pagar no montante de R\$ 1.228 (2016 - R\$ 1.050) e a credores - conta liquidações pendentes no montante de R\$ 34.313 (2016 - R\$ 70.175).

## (17) Outras Obrigações

## (a) Sociais e estatutárias

Referem-se a valores a serem pagos a título de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 80.000 (2016 - R\$ 70.000), líquido do imposto de renda retido na fonte de 15% no montante de R\$ 12.000 (2016 - R\$ 10.500) a suas controladoras, The Goldman Sachs Group, Inc. e Goldman Sachs Global Holdings, L.L.C. (nota 20 (a)).

## (b) Fiscais e previdenciárias

Em 31 de dezembro, o saldo está composto por:

	2017	2016
Provisão para imposto de renda diferido (IRPJ e CSLL) (1)	156.414	92.393
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros a recolher	5.132	4.321
Impostos e contribuições sobre salários a recolher	3.562	17.184
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	—	8.481
<b>Total</b>	<b>165.108</b>	<b>122.379</b>

(1) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos calculados principalmente sobre ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

## (c) Diversas

Em 31 de dezembro, o saldo está composto por:

	2017	2016
Provisão para despesas de pessoal	57.059	53.448
Valores a pagar sociedades ligadas (nota 20(a))	56.062	61.128
Provisão para outras despesas administrativas (1)	18.089	29.480
Credores diversos - país	5.207	6.229
Fornecedores a pagar	2.246	3.141
Provisão para passivos contingentes (nota 22 (a))	114	—
<b>Total</b>	<b>138.777</b>	<b>153.426</b>

(1) Refere-se, substancialmente, a provisão de encargos sociais sobre os saldos referentes ao pagamento baseado em ações.

## (18) Imposto de Renda (IR), Contribuição Social (CS) e Créditos Tributários

(a) Os impostos e contribuições a recolher no exercício são demonstrados como segue:

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>222.974</b>	<b>222.974</b>	<b>239.535</b>	<b>239.535</b>
Participação nos Lucros	(4.186)	(4.186)	(4.351)	(4.351)
Juros sobre o capital próprio	(80.000)	(80.000)	(70.000)	(70.000)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>138.788</b>	<b>138.788</b>	<b>165.184</b>	<b>165.184</b>

Imposto de renda (25%) e contribuição social (20%)

Diferenças temporárias sem registro de ativo diferido fiscal

Diferenças temporárias com registro de passivo diferido fiscal

Diferenças temporárias (23.633) (18.906) — —

Diferenças permanentes (3.305) (5.481) (4.648) (3.227)

(Constituição)/compensação de prejuízo fiscal (2.389) — (15.062) —

(Constituição)/compensação de base negativa de CSLL — — (1.011) — (12.049)

Outros — — 1.542 950

**Imposto de renda e contribuição social do exercício** **5.370** **2.359** **36.072** **29.066**

(b) A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	Totais	Totais
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>39.502</b>	<b>30.525</b>	<b>70.027</b>	<b>70.027</b>

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Marcação a mercado negativa - TVM e derivativos

Unidades de ações restritas - RSU

Remuneração Variável

Outros

Goldman Sachs

## GOLDMAN SACHS DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar, 17º andar e 18º andar, CEP: 04542-000  
CNPJ 04.332.281/0001-30

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em R\$ mil

As RSUs são emitidas em dólar americano e convertidas para reais pela taxa PTAX de venda divulgada pelo BACEN para 29 de dezembro de 2017 e 30 de dezembro de 2016:

	2017		2016	
	Requer serviço futuro (unvested) (nº de ações)	Não requer serviço futuro (vested) (nº de ações)	Requer serviço futuro (unvested) (nº de ações)	Não requer serviço futuro (vested) (nº de ações)
<b>Movimentação pela quantidade de ações:</b>				
Saldo ao final do exercício anterior	15.506	73.862	16.178	102.844
Outorgada (1) (2) (granted)	12.501	5.130	13.758	17.718
Prescrita (forfeited)	(1.881)	39	(1.820)	(1.347)
Entregue (3) (delivered)	-	(48.402)	-	(51.124)
Adquirida por direito (2) (vested)	(12.804)	12.804	(12.345)	12.345
Transferida entrada(saída) (transfers)	575	97	(265)	(6.574)
<b>Saldo ao final do exercício</b>	<b>13.897</b>	<b>43.452</b>	<b>15.506</b>	<b>73.862</b>
<b>Movimentação pela média ponderada:</b>				
Saldo ao final do exercício anterior*	477,68	480,09	502,29	469,15
Outorgada (1) (2) (granted)	671,95	725,58	444,41	450,93
Prescrita (forfeited)	575,82	433,94	470,19	453,73
Entregue (3) (delivered)	-	491,40	-	459,04
Adquirida por direito (2) (vested)	534,04	534,04	483,23	483,23
Transferida entrada(saída) (transfers)	580,19	443,17	476,38	482,38
<b>Saldo ao final do exercício*</b>	<b>589,92</b>	<b>512,31</b>	<b>470,61</b>	<b>472,89</b>

\* O "saldo ao final do exercício" para o ano de 2017 difere do "saldo ao final do exercício anterior" em 2016, para fins dessa divulgação, em função da PTAX utilizada para conversão em 29 de dezembro de 2017 em comparação à PTAX utilizada para conversão em 30 de dezembro de 2016.

(1) A média ponderada a valor justo na data da outorga das RSUs concedidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 687,57 (2016 - R\$ 448,09). O valor justo da RSUs outorgada em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 inclui um desconto de liquidez (liquidity discount) de 10,13% e 9,31% respectivamente para refletir restrições de até 4 anos pós-aquisição do direito de transferência.

(2) O valor justo agregado das ações com direito adquirido em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 13.189 (2016 - R\$ 16.826).

(3) A média ponderada na data de entrega das RSUs entregues em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 771,09 (2016 - R\$ 492,61).

Em decorrência da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, o Banco registrou o total de despesas de provisão para pagamento em ações, líquido de prescrições, baseado no preço da data de outorga. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registrado na rubrica "Despesas de pessoal" o montante de R\$ 7.900 (2016 - Receita de R\$ 3.515) referente a amortização dos prêmios em ações e do efeito da variação cambial calculada sobre o saldo da provisão para pagamento em ações registrada no passivo.

A contrapartida do lançamento acima foi contabilizada como provisão em "Outras Obrigações - Diversas - Valores a pagar a sociedades ligadas".

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Banco registrou despesa de provisão de encargos sociais, baseados no valor atual da ação, no montante de R\$ 4.999 (2016 - Receita de R\$ 11.729), registrado na rubrica "Despesas de pessoal".

Considerando o contrato de repagamento assinado em 31 de dezembro de 2012 com a The Goldman Sachs Group, Inc. a provisão para pagamento em ações referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 corresponde ao valor ajustado a mercado de R\$ 41.038 (2016 - R\$ 56.922). Em 31 de dezembro de 2017, a provisão para encargos sociais, registrada na rubrica "Outras Obrigações - Diversas", é de R\$ 15.966 (2016 - R\$ 26.687).

## 22) Outras Informações

## Passivos contingentes e obrigações legais

## Passivos contingentes trabalhistas classificados como risco de perda provável e possível

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco figura como parte em litígios de natureza trabalhista, patrocinados por ex-funcionários e ex-prestadores de serviços. O valor das contingências é provisionado com base nas características individuais de cada ação. Em 31 de dezembro de 2017, as contingências trabalhistas classificadas como perda de risco provável pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos, totaliza R\$ 114 (2016 - zero).

As contingências trabalhistas classificadas como possíveis com base nos pareceres emitidos pelos consultores legais externos responsáveis pela condução das ações totalizam R\$ 3.866 (2016 - R\$ 4.558).

## Passivos contingentes fiscais classificados como risco de perda possível

O Banco é parte em processos na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução da defesa.

Os processos envolvem os seguintes assuntos: (a) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no valor de R\$ 328 (2016 - R\$ 314); (b) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da venda de ações no IPO da BOVESPA no valor de R\$ 3.867 (2016 - R\$ 3.727); (c) PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes da incorporação de ações da Bovespa Holding S.A. pela Nova Bolsa S.A. no valor de R\$ 10.839 (2016 - R\$ 10.439); e (d) IRPJ relativo aos exercícios de 2009 a 2011, em razão da suposta dedução indevida de gratificações pagas a diretores no valor de R\$ 6.588 (2016 - R\$ 6.329), atualizados pela Selic acumulada desde a data do auto de infração até 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

## Cláusula para compensação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

O Banco tem celebrado com certas contrapartes Contratos Globais de Derivativos ("CGD") que possuem cláusulas de compensação ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05, conforme alterada. Tais cláusulas estabelecem, de modo geral, a compensação das obrigações decorrentes das operações de derivativos vigentes e futuras cursadas com tais contrapartes. O registro dos CGDs contendo cláusulas de compensação é feito na CETIP. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no Balanço Patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação de valores.

## Receitas de prestação de serviço

Receitas de prestação de serviços referem-se a:

	2017	2016
Rendas de serviços prestados a ligadas (1)	223.858	288.317
Rendas de comissões de colocação de títulos	23.565	-
Rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica (2)	23.358	20.323
Rendas de gestão de fundos de investimentos (3)	4.076	5.650
<b>Total</b>	<b>274.857</b>	<b>314.290</b>

(1) Referem-se a rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas a partes relacionadas.

(2) Em 31 de dezembro de 2017, R\$ 17.609 (2016 - R\$ 17.270) referem-se a receitas com taxas de clearing prestadas a entidades ligadas.

(3) Rendas de gestão de fundos de investimentos são compostas, na sua totalidade, por receita com partes relacionadas (2016 - R\$ 3.006).

## Despesas de pessoal

Despesas de pessoal referem-se a:

	2017	2016
Despesa de pessoal - Proventos	127.388	115.064
Despesa de pessoal - Encargos	44.990	61.056
Despesa de pessoal - Benefícios e treinamentos	15.301	15.317
<b>Total</b>	<b>187.679</b>	<b>191.437</b>

## Outras despesas administrativas

Outras despesas administrativas referem-se a:

	2017	2016
Aluguel	17.386	19.223
Serviços do sistema financeiro	16.155	13.535
Serviços técnicos especializados (1)	12.981	5.139
Depreciação e amortização	7.371	7.549
Processamento de dados	6.591	6.368
Comunicação, publicações, propaganda e publicidade	4.445	4.050
Serviços de terceiros	4.302	3.268
Materiais, manutenção e conservação de bens	3.446	3.047
Viagens	3.393	4.308
Seguros, vigilância e segurança	2.993	3.092
Promoções e relações públicas	735	756
Outras despesas administrativas	5.067	5.933
<b>Total</b>	<b>84.865</b>	<b>76.268</b>

(1) Em 31 de dezembro de 2017, serviços técnicos especializados incluem serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira, contratados com partes relacionadas, no valor de R\$ 11.572.

## Despesas tributárias

Despesas tributárias referem-se a:

	2017	2016
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	13.621	15.545
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP e COFINS	13.280	22.465
Despesas tributárias - IOF	214	301
Outras contribuições	2.736	-
<b>Total</b>	<b>29.851</b>	<b>38.311</b>

## Outras receitas operacionais

Referem-se, substancialmente, ao reembolso de despesa decorrente do custo incorrido no desenvolvimento tecnológico de uso interno no montante de R\$ 6.399 (2016 - zero); à recuperação de despesa originada pela contribuição do Banco (Instituidora) ao plano de previdência privada PGBL, em nome dos seus funcionários (participantes) que, em função do rompimento de vínculo antes do preenchimento das condições de elegibilidade ao benefício, a Instituidora passa a poder utilizar os recursos depositados para quitação de contribuições futuras (nota 21 (a)), no montante de R\$ 4.286 (2016 - zero); à receitas de variação cambial sobre saldos a receber em moeda estrangeira no valor de R\$ 3.771 (2016 - R\$ 34.462); e à atualização pela taxa Selic de tributos a recuperar no montante de R\$ 2.482 (2016 - R\$ 4.351).

## Outras despesas operacionais

Referem-se, substancialmente, a despesas de variação cambial sobre saldos a pagar registrados em moeda estrangeira no valor de R\$ 11.996 (2016 - R\$ 33.468).

## Resultado não operacional

Refere-se, substancialmente, à receita decorrente da (i) locação de ativos, conforme descrito no "Instrumento Particular de Aluguel de Ativos", firmado na data de 28 de junho de 2013, entre o Banco e a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Goldman Sachs Asset Management Brasil Ltda. e Goldman Sachs Participações Ltda. ("partes relacionadas"), e (ii) sublocação de imóvel, conforme descrito nos "Instrumentos Particulares de Sublocação para fins não Residenciais", firmados na data de 04 de fevereiro de 2013 entre o Banco e partes relacionadas, no montante de R\$ 3.805 (2016 - R\$ 5.548). Em 31 de dezembro de 2016, refere-se ainda à sublocação de imóvel, conforme descrito nos "Instrumentos Particulares de Sublocação para fins não Residenciais" para terceiros no montante de R\$1.483.

## Plano de benefícios a funcionários

Conforme Resolução CMN nº 4.424/2015, que regulamenta o registro contábil e a evidenciação de benefícios a empregados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a Administração do Banco, através de estudo técnico, verificou que não há passivo atual para ser reconhecido nos termos do referido Pronunciamento Técnico para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## Limites Operacionais

## Índice de Basileia e de imobilização

O Banco adota a apuração dos limites operacionais de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, em conformidade com as diretrizes do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2017, o índice de Basileia apurado de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, com base no Conglomerado Prudencial é de 21,96% (2016 - 24,87%), sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 1.544.577 (2016 - R\$ 1.381.820).

O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2017 é de 1,55% (2016 - 2,22%).

## DIRETORIA

Diretor-Presidente: Paulo Carvalho Leme

André dos Santos Mendonça  
Antonio R. G. P. da S. Pereira  
Daniel Motta Camargo Silva  
Gersoni Analla Fernandes Montes Munhoz

Juliano Meira Campos Arruda  
Kathia Aparecida Autuori  
Ricardo Donisete Stabile  
Sílvia Regina C. Valente

## CONTADORA

Tatiana L. M. Navarro Baldívieso  
CRC 1SP240271/O-7

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas  
Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de

forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

• Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de março de 2018



**pwc**  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP00160/O-5

**Edison Arisa Pereira**  
Contador CRC 1SP127241/O-0

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê") tem por finalidade auxiliar as diretorias do Banco e da Corretora no que diz respeito à avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado, bem como à revisão das demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer da auditoria independente do Conglomerado, dentre outras atribuições. O Comitê foi constituído em Assembleia Geral Extraordinária do Banco realizada em 29 de janeiro de 2016, homologado pelo BACEN em 09 de março de 2016, e instalado em 31 de março de 2016 mediante reunião extraordinária de seus membros. Atualmente, o Comitê é composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo

Comitê no âmbito de suas atribuições para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, destacam-se: (a) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado; (b) a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e da Corretora. Para assegurar a efetividade do ambiente de controles internos e dos trabalhos das auditorias independente e interna, o Comitê abordou diversas atividades de controle exercidas sob a égide de um conjunto de políticas e procedimentos que objetivam a aderência a dispositivos legais e regulamentares, com ênfase nos processos de avaliação de risco e detecção de eventuais deficiências existentes. No contexto da avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna, nenhuma deficiência

relevante foi identificada. O Comitê também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados os respectivos planos de auditoria, inclusive no tocante à independência e à qualidade dos trabalhos, tendo concluído que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna foram considerados adequados e compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê considera que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 do Conglomerado foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, e em cumprimento das normas editadas pelo BACEN.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

Ouvidoria Goldman Sachs Brasil: 0800 727 5764 e/ou ouvidoriagoldmansachs@gs.com. Horário de funcionamento: segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h.